



Araçariçuama, 21 de janeiro de 2025.

Ofício nº 004 /2025 – GP

Senhor Presidente,

Venho por meio deste, solicitar de Vossa Excelência, à apreciação e votação do seguinte Projeto de Lei;

PROJETO DE LEI Nº 002, DE 21 JANEIRO DE 2025, que dispõe sobre: Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

MENSAGEM Nº 406/2025
PROJETO DE LEI Nº 002/2025

Senhor Presidente, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP, e dá outras providências.

A criação do CMPP é um passo importante na construção de um município mais justo e inclusivo, permitindo que as políticas públicas sejam mais eficazes, eficientes e transparentes. Além disso, com a formação desse conselho, garantimos o fortalecimento da cidadania e do controle social sobre as ações do poder público, o que também contribui para a prevenção de eventuais falhas na implementação de programas e projetos.

O Conselho Municipal de Políticas Públicas terá, entre suas atribuições, a análise de propostas de políticas públicas, a realização de audiências e consultas públicas, o acompanhamento da execução orçamentária e a fiscalização de programas municipais. A presença de representantes da sociedade civil e do poder público nesse conselho será um elemento essencial para a construção de um modelo de gestão compartilhada e mais próxima da realidade dos municípios.

A criação do CMPP também está em consonância com os princípios da Constituição Federal e com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que preveem a participação popular e o controle social como instrumentos fundamentais para uma administração pública democrática e transparente.

Diante do acima exposto, considerando que se trata de medida política-administrativa, tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de Vossas Excelências este importante Projeto de Lei para avaliação, discussão e aprovação por essa Egrégia Casa de Leis.

Nesta oportunidade renovo a V. Exa. e aos seus ilustres pares, votos de estima e consideração.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Senhor
PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV
DD. Presidente da Câmara de Araçariquama

PROJETO DE LEI Nº 002, DE 21 DE JANEIRO DE 2025.

Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP, e dá outras providências.

RODRIGO DE ANDRADE, Prefeito do Município de Araçariguama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP de Araçariguama, órgão colegiado de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de promover a participação da sociedade civil na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas municipais.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP possui as seguintes competências:

- I. acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas municipais;
- II. emitir pareceres sobre propostas de políticas públicas encaminhadas pela administração municipal ou pela sociedade civil;
- III. fiscalizar a aplicação dos recursos destinados às políticas públicas municipais;
- IV. elaborar e divulgar relatórios periódicos sobre suas atividades e recomendações;
- V. promover a orientação estratégica geral e definir prioridades para as atividades;
- VI. dispor sobre sua estruturação e o seu funcionamento, mediante elaboração de Regimento Interno, autorizando, de acordo com a necessidade, a criação de Câmaras Técnicas;
- VII. aprovar o Regimento Interno do Conselho, assim como os pedidos de alteração dos regimentos das Comissões;
- VIII. fomentar pesquisas e levantamentos sobre os aspectos de saúde, educacionais, sociais, culturais, esportivos, turismo, defesa civil e econômicos, que propiciem uma análise capaz de nortear as políticas públicas no âmbito do Município;
- IX. fomentar a articulação e a intersetorialidade das diferentes políticas públicas existentes no território.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP será composto por 10 (dez) membros titulares, acompanhados dos seus respectivos suplentes, conforme as seguintes representações e indicações:

- I. 5 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelo (a) Prefeito (a) Municipal;
- II. 5 (cinco) representantes de Entidades da Sociedade Civil, indicados por suas respectivas organizações.

§ 1º A representação do Poder Público será composta por servidores com nível médio ou superior, sendo:

- I. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- II. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação;
- III. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Convênios;
- IV. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- V. 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;

§ 2º A representação da Sociedade Civil será composta por representantes com nível médio ou superior, sendo:

- I. 1 (um) representante da ACIPRESA - Associação do Comércio, Indústria e Prestadores de Serviços de Araçariguama;
- II. 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- III. 2 (dois) representantes de diferentes Entidades Sem Fins Lucrativos, constituídas há pelo menos 2 (dois) anos;
- IV. 1 (um) representante da Associação Comunitária Amigos de Bairros;

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas terá a duração de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 4º Os membros do Conselho deverão ter ao menos especialização ou vocação para questões relacionadas à gestão pública ou políticas públicas, uma vez que desempenharão trabalhos técnicos ou científicos, independentes das atribuições normais do cargo, funções ou profissões.

§ 5º A participação no Conselho Municipal de Políticas Públicas será considerada serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Os membros titulares do conselho têm direito a voz e voto e os membros suplentes apenas a voz.

§ 7º Na ausência do titular, o suplente do mesmo segmento presente à reunião assumirá a titularidade, considerada, sempre que possível, a ordem de votação.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 4º O Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP terá um Regimento Interno que disciplinará sua organização e funcionamento, incluindo a periodicidade das reuniões, quórum necessário para deliberação, formas de convocação, entre outros aspectos.

Art. 5º O Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP, poderá convidar para participar de suas Sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de Entidades ou Órgãos Públicos ou Privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da Sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiências profissionais, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 6º O Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, a cada dois meses e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

Parágrafo único. Os critérios para convocação de reunião e forma de organização das Câmaras Técnicas serão definidas em Regimento Interno.

Art. 7º Os membros do Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP e seus respectivos suplentes serão nomeados por decreto pelo Prefeito Municipal.

CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 8º O Conselho Municipal de Políticas Públicas - CMPP deverá elaborar o seu regimento interno no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de nomeação dos Conselheiros pelo Prefeito.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçariguama, 21 de janeiro de 2025.

RODRIGO DE ANDRADE
Prefeito do Município